

Comportamentos e hábitos dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico do Porto face ao tabagismo

MARIA PIEDADE BRANDÃO
MARGARIDA FONSECA CARDOSO
JOSÉ MANUEL CALHEIROS

Introdução: de acordo com o *Inquérito Nacional de Saúde* (1998-1999: 334), 21,8% dos inquiridos que fumam actualmente referem ter iniciado esse hábito antes dos 15 anos de idade e 72,1% entre os 15 e os 24 anos. Nestas idades os professores têm reconhecidamente um papel muito importante para os alunos, quer numa situação formal de ensino-aprendizagem, quer numa situação informal de convívio e lazer. Torna-se, assim, necessário conhecer os comportamentos face ao tabagismo dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, quer no sentido de o poder prevenir ou, pelo contrário, o poder induzir nos jovens. Importa também saber se os alunos são fumadores passivos, ou seja, se se encontram expostos à poluição tabágica ambiental.

Participantes e métodos: os inquiridos são 280 professores (20,9% do total) dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico da cidade do Porto.

Resultados: verificou-se que 25,7% dos inquiridos são fumadores, 21,4% afirmam ser permitido fumar nos bares/cantinas da escola, em contraste com a lei de prevenção tabágica (LPT), e 33,3% dos fumadores fumam nestes

locais. Apenas 30% dos fumadores respeitam a LPT. A abordagem e a dinamização da problemática do tabagismo, embora atravessem todos os grupos disciplinares, é nos grupos das ciências naturais e educação física que mais se destacam (34,2% e 45%, respectivamente, *versus* 26,4% do global).

Conclusões: o presente estudo reafirma a necessidade de formação e orientação para a prevenção do tabagismo entre os agentes com responsabilidades formativas, divulgação da LPT e fiscalização da mesma.

1. Introdução

O tabagismo nos jovens constitui desde há muito tempo uma preocupação séria em saúde pública a nível mundial e de, um modo particular, na União Europeia. Várias têm sido as acções implementadas até ao momento no sentido de poderem contribuir para a diminuição e até abolição do tabaco nos jovens. Uma das acções tomadas a nível internacional foi a criação da Rede Europeia Jovens e Tabaco — ENYPAT —, cujo objectivo fundamental é o de contribuir para a redução do consumo de tabaco entre os jovens através de uma cooperação europeia, um intercâmbio de informações, criação de programas e ainda o desenvolvimento de medidas a recomendar (Enypat, 1999). Outra acção tomada foi a criação do ESFA (European Smoking Prevention Framework Approach), que se desenvolve desde 1998 e está a ser desenvolvido em seis países da União Europeia, incluindo Portugal.



Maria Piedade Brandão é mestre em Saúde Pública, especialização em Saúde Ambiental e Ocupacional pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto e assistente do 2.º triénio na Escola Superior de Saúde da Universidade de Aveiro.

Margarida Fonseca Cardoso é doutorada pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e professora auxiliar do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto. José Manuel Calheiros é professor catedrático do Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto

Submetido à apreciação: 30 de Junho de 2003.

Aceite para publicação: 7 de Novembro de 2003.

Este projecto de investigação-acção ao nível da intervenção tabágica tem como finalidade conceber, implementar e avaliar um programa de prevenção tabágica que tem como objectivo último reduzir em 10% a prevalência do consumo regular de tabaco no grupo de jovens do 3.º ciclo, numa perspectiva de promover, através de uma política de escola, uma escola sem tabaco (Vitória *et al.*, 1999). Um dos resultados deste projecto foi o programa «Querer é poder» (I e II), destinado a ser aplicado pelos professores, que, tendo sido testado em alunos do 7.º ano de escolaridade, se adequa a alunos do 3.º ciclo do ensino básico. Este programa evolui em quatro áreas: informações sobre o tabagismo, motivações para fumar e não fumar, sensibilização dos alunos para os processos de influência social e promoção de competências para lidar com estes processos (Vitória *et al.*, 2001). A nível nacional, Precioso (1999) elaborou um programa de prevenção do comportamento de fumar dirigido aos alunos do 3.º ciclo do EB, «Não fumar é o que está a dar», de modo a ajudar os professores e os pais nos seus esforços para contrariarem a adopção deste «comportamento pernicioso» (*sic*). A viabilização destes programas e desta acção tem vindo a ser facilitada pela reforma do sistema educativo em vigor, o que poderá vir a influenciar os dados contidos neste estudo num futuro próximo caso a implementação dos mesmos se torne efectiva e generalizada a todas as escolas.

Fumar é o maior factor promotor de desenvolvimento de doenças crónicas, tal como o cancro, as doenças cardíaco-vasculares e as doenças pulmonares crónicas obstrutivas. Quanto mais cedo os jovens iniciarem o hábito de fumar, mais provável será tornarem-se fumadores regulares, ao tornarem-se dependentes da nicotina, expondo-se assim a riscos imediatos e futuros de contraírem as doenças já apontadas (Marques, 1996; Enypat, 1999; De Vita, 2001; Lenhard *et al.*, 2001). As investigações mostram também que entre nós a maioria dos fumadores regulares inicia o hábito de fumar por volta dos 13 anos de idade (Barros, 1995 e 1999; Conselho de Prevenção do Tabagismo, 1998). Por outro lado, quando os indivíduos experimentam pela primeira vez o cigarro depois dos 20 anos, raramente se tornam *afectos* ao comportamento continuado de fumar (Enypat, 1998).

Além das implicações do acto de fumar na saúde do próprio indivíduo, importa considerar as implicações do fumo do tabaco na saúde dos não fumadores. O fumador passivo, exposto à poluição tabágica ambiental provocada pelos fumadores, encontra-se como tal vulnerável a uma série de doenças potenciais que cada vez mais necessitam de ser prevenidas (Cunha Filho, 2002).

Hoje os agentes educativos complementam-se, isto é, já não cabe só à família a função de educar, assim

como não cabe só à escola a função de instruir. Os professores têm um papel muito importante para os alunos, quer numa situação formal de ensino-aprendizagem, quer numa situação informal de convívio e lazer. Eles correm o risco de se tornarem fonte de comparação, de imitação e de influência, nomeadamente numa sociedade como a nossa, onde o professor ultrapassa a televisão no que concerne à influência nos jovens da adopção de ideias e de atitudes (Carvalho, 1998).

1.1. Legislação portuguesa vigente sobre prevenção do tabagismo

As primeiras medidas legislativas relativas ao tabagismo remontam aos finais do século XIX e tinham como objectivo principal proteger os menores de idade contra os efeitos do tabaco. A lei actual de prevenção tabágica (Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto) surgiu após a IV Conferência Mundial sobre o Tabaco e a Saúde, de 1980, na qual Portugal participou. Em 1983 a lei citada acima é regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 226/83 em 27 de Maio, revogando diplomas anteriores.

Nas medidas a serem postas em prática por esta lei está incluída a proibição da publicidade ao tabaco e do acto de fumar em determinados locais, como é o caso dos «estabelecimentos de ensino, incluindo salas de aula, de estudo, de leitura ou de reuniões, bibliotecas, ginásios e refeitório» (Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio). Ficou estabelecido que a fiscalização desta lei será da responsabilidade das entidades que tenham a seu cargo os locais de interdição à prática de fumar.

1.2. O papel das escolas

Nos últimos anos tem-se assistido a um incremento extraordinário na implementação de programas de educação para a saúde por muitas escolas e por muitos professores. A viabilização destes programas e desta acção começou por ser facilitada pela reforma do sistema educativo e seguidamente pela reorganização curricular (Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro). Na reforma anterior, a criação de uma área curricular não disciplinar — área escola (criada pelo Despacho n.º 1412/ME/90, de 1 de Setembro) permitiu o desenvolvimento de acções destinadas à prevenção e à promoção da saúde sempre que as escolas (professores e alunos) as perspectivassem. Também a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social foi criada tendo em conta fazer, além de outras coisas, educação para a saúde. Tal não pareceu acontecer,

pois a carga reduzida de que dispunha esta disciplina (uma hora/semana) não permitia desenvolver a vertente da educação para a saúde (Alves, 1999).

Hoje, mediante a criação de outras áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente a formação cívica e a área projecto, novas possibilidades se colocam no trabalho dos professores. Desta forma, estes poderão desenvolver actividades relativamente à prevenção e promoção da saúde anteriormente não concretizadas. A área projecto, considerada uma área transversal às diferentes disciplinas e integradora das aprendizagens nelas realizadas, abordará temas e problemas que deverão ser negociados entre os intervenientes (Decreto-Lei n.º 6/2001). No que diz respeito à problemática do tabagismo, os professores têm ao seu dispor programas de prevenção do tabagismo estruturados destinados a serem aplicados pelos professores, como é o caso dos programas «Querer é poder» (I e II) (Vitória *et al.*, 2001) e «Não fumar é o que está a dar» (Precioso, 1999), já referidos anteriormente. Por outro lado, os programas escolares já contêm objectivos ligados à saúde, nomeadamente o programa de Ciências da Natureza do 6.º ano de escolaridade e o de Biologia do 8.º ano.

2. Participantes e métodos

A população-alvo para esta investigação foram os professores no activo dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, correspondentes aos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º anos da escolaridade obrigatória, da cidade do Porto. A escolha desta população obedeceu aos seguintes critérios:

- A selecção dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico tem a ver com o facto de ser nestas idades que a maior parte dos jovens se iniciam no consumo do tabaco, o que justifica o estudo nestes níveis de ensino (Barros *et al.*, 1999);
- A selecção exclusiva de professores, potenciais agentes de promoção da saúde, assenta no pressuposto de estes poderem contribuir de uma forma significativa para acções de promoção da saúde em meio escolar (e. g., escolas promotoras da saúde).

Realizou-se um estudo transversal em meio escolar, utilizando-se uma metodologia quantitativa e qualitativa.

Participaram 14 escolas a leccionarem os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico (EB 2, 3) entre as 17 existentes na cidade do Porto, 2 escolas a leccionarem o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, o qual contém os 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade, e

participou também uma escola privada a leccionar todos os níveis de ensino. Saliente-se que em todas as escolas foram inquiridos os professores a leccionarem os 2.º e/ou 3.º ciclos.

A recolha de dados, isto é, a aplicação de um questionário, iniciou-se em Maio de 2000 e terminou em Dezembro do mesmo ano.

Nas escolas foi pedida a colaboração dos presidentes dos conselhos directivos no sentido de negociarem com os seus professores a participação no estudo, nomeadamente no preenchimento dos questionários. Foi entregue em cada escola um número de questionários igual ao número dos professores existentes nas mesmas. A maior parte dos professores de cada escola não manifestaram disponibilidade para participarem no estudo, facto este traduzido pelas diferenças observadas entre os questionários aplicados e os questionários recolhidos/preenchidos.

Foram processados e analisados 280 questionários, sendo a amostra deste estudo constituída então por professores distribuídos pelas diferentes escolas. Os inquiridos de ambos os sexos têm idades compreendidas entre os 22 e os 66 anos. Estes professores pertencem aos grupos disciplinares constantes do mapa IV respeitante aos grupos de docência do ensino básico, 3.º ciclo, e do ensino secundário do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 2000, representando diferentes áreas disciplinares, desde a área das letras até às ciências exactas, passando pelas áreas artísticas, tecnológicas e de componente religiosa.

Em cada escola foi solicitada também a análise do regulamento interno e do plano de actividades da mesma (instrumentos de análise importantes para este estudo), os quais foram disponibilizados pelos respectivos presidentes dos conselhos directivos.

2.1. Elaboração do inquérito

Procedeu-se à elaboração do inquérito desta investigação com base na pesquisa bibliográfica efectuada. Deu-se especial atenção a estudos na população portuguesa, nomeadamente os comentários aos resultados apresentados por Pereira (1995) no estudo sobre «Atribuições de causalidade do comportamento de fumar nos profissionais de saúde», ao colocar a ênfase nas atitudes e práticas de fumar numa instituição hospitalar pública; deu-se também atenção aos comentários apresentados por Carvalho (1998) no seu artigo «Tabagismo nas escolas portuguesas ou a cultura de um problema», relevando aspectos fundamentais, como o comportamento dos professores fumadores na escola e o que pensam os alunos da influência dos mesmos em relação à adopção de

ideias e comportamentos; os resultados apresentados por Vitória *et al.* (1999) no âmbito do projecto ESFA 1998 (citado na primeira parte deste trabalho) foram também tidos em linha de conta no que respeita essencialmente aos efeitos da adopção de uma política de prevenção tabágica de escola. Foi ainda considerado o artigo de Brito de Sá (1994) que analisou os «Hábitos e atitudes dos médicos de família portugueses em relação ao tabaco».

2.2. Fundamentação teórica das metodologias adoptadas

A utilização de metodologias diversas (qualitativas e quantitativas) pareceu ser a que melhor se adequava à compreensão da realidade comportamental e sócio-cultural da população docente.

De salientar que, apesar de esta amostra não ser representativa de todos os docentes portugueses ou mesmo da cidade do Porto, poderá vir a constituir um indicador válido e importante sobre a problemática estudada. No que respeita aos documentos oficiais das escolas, optou-se por analisar o regulamento interno, como referido anteriormente. A sua análise poderá fornecer indicadores sobre o que se pretende fazer nas instituições de ensino, em geral, e em cada escola, em particular, no que concerne às práticas de fumar no seu interior.

Um outro documento considerado também de elevada importância a ser analisado foi o plano de actividades (PA) de cada escola participante. Tal visou uma maior compreensão do que na realidade é desenvolvido em termos de prevenção e/ou promoção para a saúde e os comportamentos dos professores.

No que concerne aos documentos oficiais do Estado, analisou-se, além da Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto, o Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio. A aplicação da legislação deveria ser parte integrante do dia a dia das actividades e das preocupações das escolas envolvidas neste estudo, nomeadamente no que diz respeito às cláusulas relativas aos artigos 3.º, alínea c), e 8.º contidos na Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio, no seu artigo 2.º Estas referem-se à proibição de fumar nos estabelecimentos de ensino, nomeadamente nas salas de aula, de estudo, de leitura ou de reuniões, bibliotecas, ginásios e refeitórios. A lei permite, no entanto, o uso do tabaco nestes estabelecimentos, desde que em áreas expressamente destinadas a fumadores onde não tenham acesso comumente pessoas doentes, mulheres grávidas ou que amamentem e desportistas. Foi também analisada a Lei de Bases do Sistema Educativo n.º 46/86, de 16 de Outubro, no sentido de encontrar pontos de

referência que ajudassem a compreender a coerência do que se passa nas escolas em função quer dos *princípios gerais*, quer dos *princípios organizativos* que compreendem a referida lei.

2.3. Questionário

Para recolher a informação relativa às variáveis em estudo utilizou-se um questionário estruturado, de adesão voluntária, sob anonimato, constituído por perguntas predominantemente fechadas. Os objectivos do estudo estavam referenciados na página de rosto. Foi acordado com os órgãos de gestão que os questionários seriam entregues pelos mesmos a todos os professores, independentemente dos seus hábitos tabágicos e do grupo disciplinar a que pertenciam. O questionário elaborado visava a obtenção de dados sobre as seguintes áreas, divididas em quatro grupos distintos:

- 1.º grupo — dados demográficos;
- 2.º grupo — conhecimentos acerca do tabaco, incluindo os malefícios que dele advêm (cancro, pneumonia, bronquite, otite, paralisia e enfarte);
- 3.º grupo — comportamentos em relação ao tabagismo pelos professores durante o período lectivo, incluindo a sua eventual abordagem nas aulas; o que dizem/fazem quando os alunos fumam; qual a possível contribuição para o combate ao consumo de tabaco e ainda a opinião dos professores sobre a proibição de fumar em qualquer espaço escolar;
- 4.º grupo — práticas de fumar, incluindo a situação actual desse comportamento e se já alguma vez fumou, tipo e quantidade de tabaco consumido actualmente, se fuma ou fumou na escola e/ou na presença dos alunos; qual a importância do tabaco para a saúde individual e colectiva; qual a importância que atribui a uma série de motivos para não fumar; tipo de ajudas para o abandono do hábito de fumar nos fumadores e nos ex-fumadores; comportamento dos não fumadores em relação aos utilizadores no que concerne aos discursos, ao partilhar espaços destinados a fumadores, e, por último, a influência do tabaco na escolha das relações pessoais.

Neste estudo dividiram-se os indivíduos em fumadores, ex-fumadores e não fumadores. Consideraram-se fumadores aqueles que fumavam pelo menos um cigarro por dia, ex-fumadores os que deixaram de fumar pelo menos há um mês e não fumadores aqueles que nunca experimentaram fumar.

Neste trabalho apenas serão analisados os hábitos e comportamentos dos professores e a sua confrontação com a lei de prevenção tabágica.

2.4. Aplicação do questionário

A aplicação do questionário desenvolveu-se em fases distintas.
Primeira fase: contactou-se o Centro de Área Educativa (CAE) do Porto no sentido de recolher uma lista sobre o número de escolas EB 2, 3 existentes na cidade, bem como o número total de professores relativos a cada uma das escolas que leccionam os 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e/ou 9.º anos de escolaridade;
Segunda fase: efectuou-se o contacto com as escolas participantes, o qual evoluiu em etapas distintas. Numa primeira etapa, as escolas foram contactadas com o objectivo de informar os conselhos directivos dos propósitos gerais do estudo, bem como solicitar autorização para a sua realização. Este primeiro contacto com as escolas serviu igualmente para obter o regulamento interno das mesmas. Procedeu-se então, em data negociada, à segunda etapa dos contactos com as escolas para a entrega dos questionários. Os questionários foram entregues aos presidentes dos conselhos directivos, os quais se comprometeram a fazê-los chegar aos professores. Procedeu-se, em data também negociada, a uma terceira etapa, à recolha dos questionários. Todas as escolas, sem excepção, entregaram um número muito reduzido de questionários preenchidos relativamente ao número que tinha sido entregue dias antes.
Dada a pouca adesão dos professores, optou-se pela recolha de mais dados noutras escolas, obtendo-se no final 280 questionários preenchidos.

2.5. Análise estatística

A caracterização da amostra estudada foi feita através de uma análise descritiva. Com o objectivo de averiguar se existia alguma relação entre as diferentes variáveis estudadas foram realizadas análises estatísticas inferenciais: a comparação de proporções foi efectuada através do teste de χ^2 de Pearson (com

correção de Yates, quando aplicável) sempre que os pressupostos se verificavam ou através do teste exacto de Fischer; a comparação da distribuição dos professores na amostra com a distribuição dos professores do EB 2, 3 do concelho do Porto foi efectuada com o teste de χ^2 de ajuste. Valores de prova inferiores a 0,05 foram considerados como indicando resultados estatisticamente significativos. Todas as análises efectuadas utilizaram o programa de *software* estatístico SPSS (*Statistic Package for the Social Sciences*) para Windows, versão 10,0.

3. Resultados

3.1. Caracterização da amostra estudada

Foram entregues questionários a dezassete escolas pertencentes à cidade do Porto, por forma a serem distribuídos pelos professores. Responderam ao questionário 280 professores, todos eles a leccionarem, à altura do levantamento de dados, os 2.º e/ou 3.º ciclos do ensino básico.
Os conteúdos disciplinares são designados pelos grupos de docência constantes dos códigos dos grupos de docência (CGD); contudo, dada a complexidade da realidade (disciplinas com designações diversas e conteúdos similares), optou-se, para efeitos do presente estudo, por agrupá-las de acordo com a seguinte estrutura:

- «Agrupado» das Ciências Naturais (CN);
- «Agrupado» da Educação Física (EF);
- «Agrupado» das Letras (L);
- «Agrupado» das Ciências Exactas (CE);
- «Agrupado» da Educação Moral, Artística e Tecnológica (EMAT).

O *Quadro I* apresenta a distribuição dos professores participantes pelos respectivos «agrupados» discipli-

Quadro I
Distribuição dos professores «agrupados» segundo o universo real e a amostra

População	Ciências Naturais		Educação Física		Letras		Ciências Exactas		Educação Moral, Artística e Tecnológica		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Universo real*	218	(17,2)	110	(8,7)	569	(45,0)	112	(8,9)	255	(20,2)	1264	(100)
Amostra	76	(27,1)	40	(14,3)	104	(37,1)	19	(6,8)	41	(14,6)	280	(100)

* Fontes: Centro de Acção Educativa do Porto (CAE) e instituição privada participante no estudo.
 χ^2 ajuste = 35,66; $p < 0,001$.

nares. O padrão de distribuição de professores por «agrupado» apresenta uma distribuição significativamente diferente ($p < 0,001$) da verificada na distribuição global real. A análise da tabela mostra, contudo, que todos os «agrupados» estão representados numa proporção que difere da real em menos de 10 pontos percentuais.

A percentagem de inquiridos na amostra é de 23,6% no sexo masculino e 76,4% no sexo feminino. As idades variam entre os 22 e os 66 anos. No *Quadro II* pode observar-se a distribuição dos inquiridos por sexo e por grupo etário. A maioria dos professores inquiridos iniciou a actividade docente há mais de dez anos.

O *Quadro III* apresenta a distribuição dos professores por sexo e «agrupado» disciplinar. Verifica-se que a proporção de homens varia de um modo significativo com o agrupado disciplinar ($p < 0,001$), salientando-se

a maior proporção dos mesmos no agrupado de EF (45,0%) relativamente aos outros agrupados.

Do total dos professores, 114 (40,7%) exercem na escola outras funções, para além da docência.

3.2. Hábitos tabágicos dos professores inquiridos

O número de professores fumadores por escolas participantes é variável, desde um indivíduo em duas das escolas estudadas até doze no máximo. Dos 280 professores estudados, 72 (25,7% do total) dos inquiridos referem ser fumadores diários, 19 (26,4%) dos quais iniciaram o hábito após terem ingressado na profissão. O grupo dos ex-fumadores (15,7%) é constituído por 44 professores, todos eles referindo hábitos tabágicos regulares pelo período mínimo de três anos.

Quadro II
Distribuição por sexo e grupo etário

Grupo etário	Masculino		Feminino		Total	
	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)
20-29	8	(12,1)	24	(11,2)	32	(11,4)
30-39	20	(30,3)	49	(22,9)	69	(24,6)
40-49	20	(30,3)	82	(38,3)	102	(36,4)
50-59	14	(21,2)	55	(25,7)	69	(24,6)
60 +	4	(6,1)	4	(1,9)	8	(2,9)
Total	66	(100,0)	214	(100,0)	280	(100,0)

Quadro III
Distribuição por sexo e «agrupado»

Sexo	Ciências Naturais		Educação Física		Letras		Ciências Exactas		Educação Moral, Artística e Tecnológica		Total	
	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)	<i>n</i>	(%)
Masculino	17	(22,4)	18	(45,0)	12	(11,5)	5	(26,3)	14	(34,1)	66	(23,6)
Feminino	59	(77,6)	22	(55,0)	92	(88,5)	14	(73,7)	27	(65,9)	214	(76,4)
Total	76	(100,0)	40	(100,0)	104	(100,0)	19	(100,0)	41	(100,0)	280	(100,0)

$\chi^2 = 21,24$; $p < 0,001$.

3.3. Hábitos tabágicos dos professores por «agrupados» disciplinares

Quando se analisam os hábitos tabágicos por «agrupado» disciplinar, verifica-se que o comportamento por agrupado não difere significativamente entre eles ($\chi^2 = 11,7$; $p = 0,164$). É de salientar, no entanto, o «agrupado» da EF, onde se verifica uma maior prevalência do consumo de tabaco (45% *versus* 25,7% no global), como pode observar-se na *Figura 1*.

3.4. Hábitos tabágicos dos professores por sexo

Na *Figura 2* é apresentada a distribuição dos hábitos tabágicos por sexo. Verifica-se que, apesar de não haver uma diferença significativa nos hábitos tabágicos entre homens e mulheres ($\chi^2 = 5,394$; $p = 0,067$), a proporção de não fumadores nos homens é inferior (47,0% *versus* 62,1%), contrariamente à dos ex-fumadores, que é superior (22,7% *versus* 13,6%).

Figura 1
Hábitos tabágicos dos professores por «agrupado» disciplinar

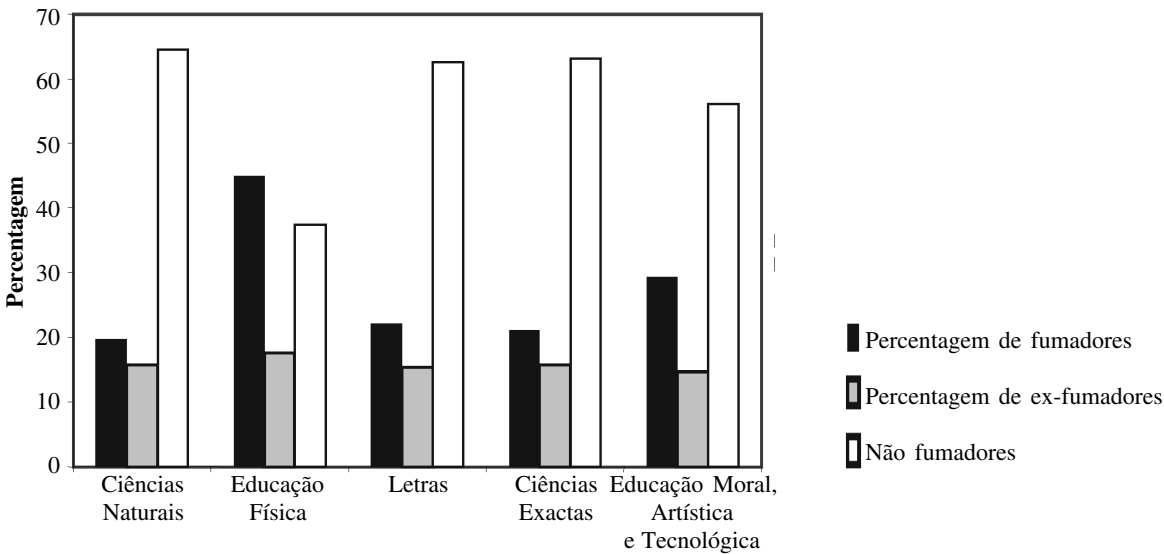
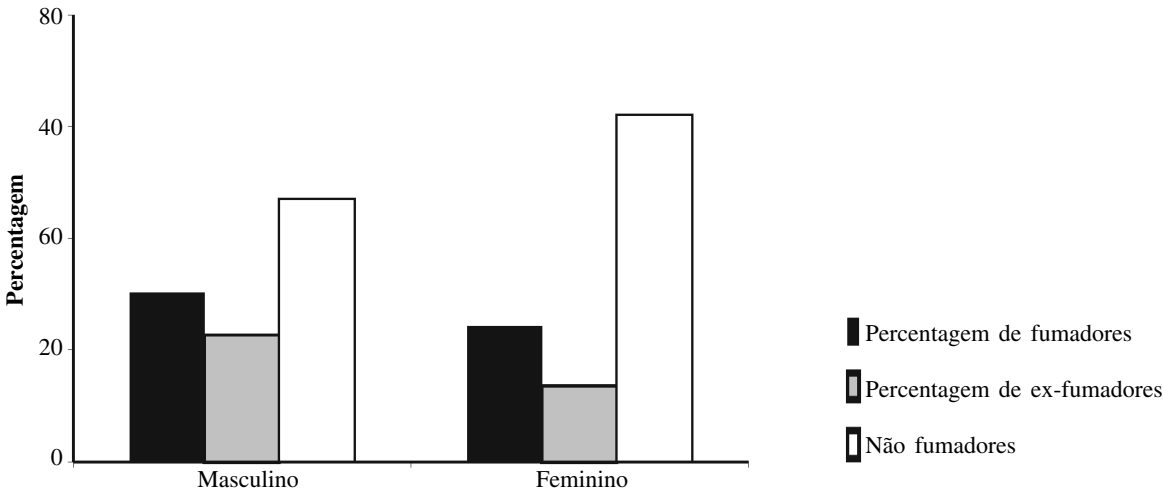


Figura 2
Hábitos tabágicos por sexo



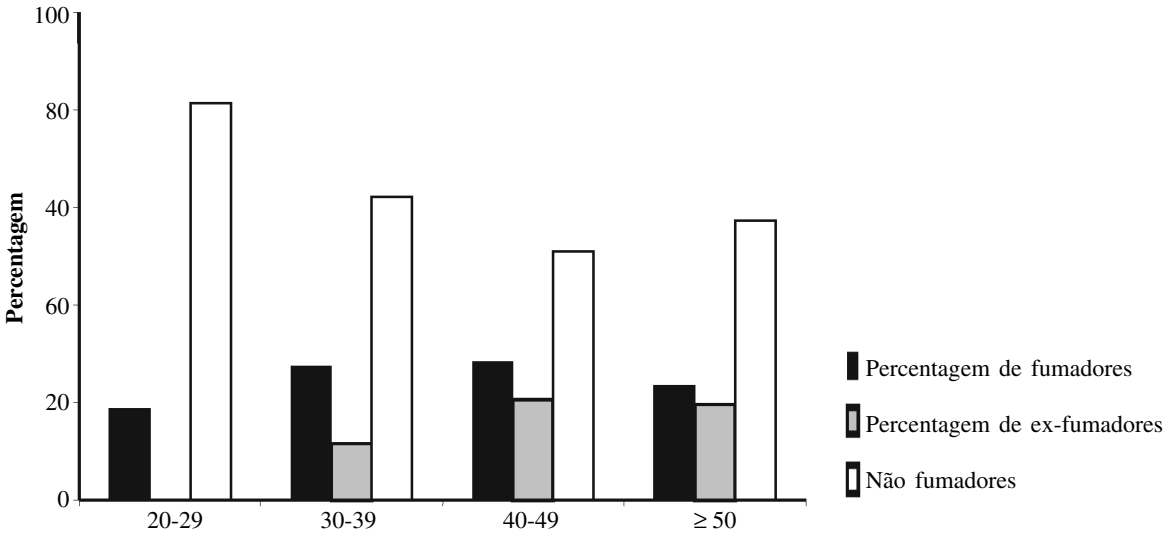
3.5. Hábitos tabágicos dos professores por idade

A Figura 3 apresenta a distribuição dos hábitos tabágicos por idade, onde se verifica uma diferença significativa entre os diferentes grupos etários no que respeita a hábitos tabágicos ($\chi^2 = 13,1$; $p = 0,042$). Saliente-se a classe etária dos 20-29 anos, que se distingue pela maior proporção de sujeitos que nunca fumaram (81,3%). No total dos professores estudados esta proporção é de 58,6%.

3.6. Avaliação do conhecimento dos professores inquiridos face à lei de prevenção tabágica (LPT)

Um dos aspectos avaliados no questionário foi o conhecimento destes docentes sobre a legislação actual referente à proibição de fumar nas escolas. Pretendeu-se saber se eles, por um lado, sabiam da sua existência e, por outro, se identificavam correctamente quais os locais da escola onde é permitido fumar.

Figura 3
Hábitos tabágicos em função do grupo etário



Quadro IV
Locais constantes da LPT onde é permitido fumar, segundo os inquiridos, em função dos seus hábitos tabágicos

	Fumador		Ex-fumador		Não fumador		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Corredor*(a)	4	(5,6)	3	(6,8)	17	(10,4)	24	(8,6)
Sala de reuniões*(b)	38	(52,8)	20	(45,5)	78	(47,6)	136	(48,6)
Logradouros**(a)	2	(2,8)	0	(0,0)	12	(7,3)	14	(5,0)
Sala de professores**(a)	9	(12,5)	5	(11,4)	25	(15,2)	39	(13,9)
Ginásio*(a)	2	(2,8)	1	(2,3)	4	(2,4)	7	(2,5)
Salas reservadas a fumadores*(a)	70	(97,2)	38	(86,4)	148	(90,2)	256	(91,4)
Bares e cantinas*(c)	13	(18,1)	6	(13,6)	41	(25,0)	60	(21,4)
Todas verdadeiras**	1	(1,4)	0	(0,0)	1	(0,6)	2	(0,7)

* N = 280.
** N = 107.
(a) Não atinge os pressupostos para aplicação do teste estatístico.
(b) $\chi^2 = 0,10$; $p = 0,9$.
(c) $\chi^2 = 3,8$; $p = 0,7$.

Quase a totalidade dos professores inquiridos, 271 (96,8%), tem conhecimento de que existe legislação sobre a proibição de fumar em determinados locais da escola.

Para os professores inquiridos, o entendimento da lei de prevenção tabágica encontra-se descrita nos *Quadros IV e V*, segundo os seus hábitos tabágicos e grupo disciplinar a que pertence, respectivamente. Assim, como pode observar-se, está contida na legislação vigente a permissão de poder fumar nos corredores (8,6%), nos logradouros de recreio (5,0%), nas salas de reuniões (48,6%), nas salas de professores (13,9%), nos ginásios (2,5%) e nos bares/cantinas (21,4%). Dois professores afirmam poder fumar-se em todos os locais, sendo um deles fumador.

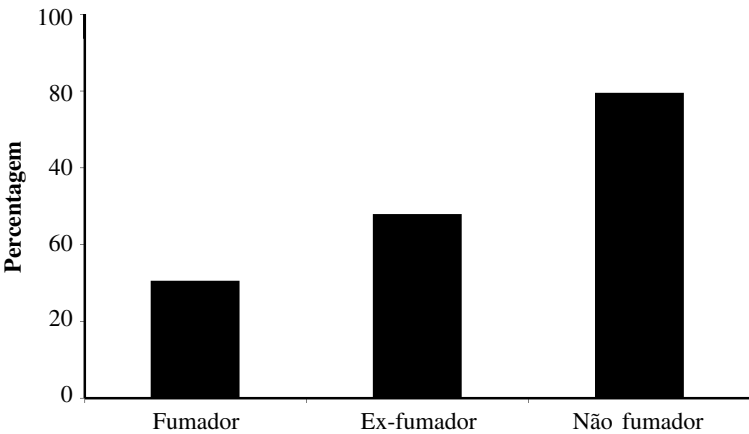
É de notar que, quando se desagregam os inquiridos em fumadores, ex-fumadores e não fumadores, o

padrão de conhecimento se mantém (*Quadro IV*). O mesmo acontece quando se desagregam os inquiridos nos diferentes «agrupados» disciplinares (*Quadro V*), com excepção da permissão de poder fumar na sala de reuniões ($p = 0,01$). Saliente-se a elevada proporção de professores (21,4%) que consideram que a LPT inclui a permissão de poder fumar nos bares e/ou cantinas.

3.7. Opinião dos professores inquiridos sobre a proibição de fumar nas escolas

São 173 (61,8% do total) sujeitos inquiridos que concordam com a proibição absoluta de fumar nas escolas (*Figura 4*). Contudo, quando se desagrega a população participante em fumadores, ex-fumadores

Figura 4
Opinião dos professores sobre a proibição de fumar nas escolas em função dos seus hábitos tabágicos



Quadro V
Locais constantes da LPT onde é permitido fumar segundo os inquiridos em função do seu «agrupado» disciplinar

	Ciências Naturais		Educação Física		Letras		Ciências Exactas		Educação Moral, Artística e Tecnológica		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Corredor*(a)	5	(6,6)	2	(5,0)	9	(8,7)	1	(5,3)	7	(17,1)	24	(8,6)
Sala de reuniões*(b)	43	(56,6)	21	(52,5)	44	(42,3)	5	(26,3)	23	(56,1)	136	(48,6)
Logradouros**(a)	3	(3,9)	1	(2,5)	6	(5,8)	3	(15,8)	1	(2,4)	14	(5,0)
Sala de professores**(a)	12	(15,8)	1	(2,5)	13	(12,5)	4	(21,1)	9	(22,0)	39	(13,9)
Ginásio*(a)	2	(2,6)	1	(2,5)	2	(1,9)	0	(0,0)	2	(4,9)	7	(2,5)
Salas reservadas a fumadores*(a)	70	(92,1)	39	(97,5)	96	(92,3)	15	(78,9)	36	(87,8)	256	(91,4)
Bares e cantinas*(c)	18	(23,7)	3	(7,5)	29	(27,9)	3	(15,8)	7	(17,1)	60	(21,4)
Todas verdadeiras**	0	(0,0)	1	(2,5)	1	(1,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	2	(0,7)

* N = 280.
** N = 107.
(a) Não atinge os pressupostos para aplicação do teste estatístico.
(b) $\chi^2 = 20,1$; $p = 0,01$.
(c) $\chi^2 = 14,6$; $p = 0,07$.

e não fumadores, verifica-se uma diferença significativa das respostas ($\chi^2 = 55,52$; $p < 0,001$). A proporção de indivíduos que concordam com a proibição de fumar na escola varia de 79,3% nos não fumadores até 30,6% nos fumadores.

3.8. Avaliação dos comportamentos dos inquiridos fumadores por local onde é habitual fumar na escola

Quando se questionam os professores fumadores sobre o seu hábito de fumar na escola, são apresentadas as seguintes hipóteses: fumam ao ar livre, nos logradouros de recreio, nos bares/cantinas, nas salas de fumadores, nas salas de professores, nos ginásios, e não fumam na escola.

À data da realização da colheita de dados, 77,8% dos professores inquiridos fumavam na escola. Destes, 44,6% fumavam no bar/cantina, locais geralmente frequentados por alunos. Contudo, não há ninguém que refira fumar quer nos logradouros de recreio, quer nos ginásios (*Quadro VI*).

É de salientar que, quando se desagregam os inquiridos fumadores em função dos «agrupados» disciplinares, em todos os «agrupados» existem professores que fumam no bar/cantina da escola. Cerca de 25% em cada «agrupado» disciplinar, excepto no da EF e CE, fumam ao ar livre dentro do espaço escolar.

Dos 72 professores fumadores, 37 (51,4%) fumam na escola em locais não permitidos por lei, dado referirem fumar nos bares/cantinas, ao ar livre e/ou nas salas de professores. Comparou-se então este comportamento entre as escolas que contemplam e as que não contemplam no seu regulamento interno deveres e/ou obrigações concordantes com a LPT. Verificou-se que, apesar de a proporção de fumadores em espaços proibidos por lei não ser significativamente diferente entre estes dois tipos de escolas ($\chi^2 = 0,448$; $p = 0,503$), é superior (55,6% *versus* 44,4%) nas escolas que não contemplam de algum modo a LPT no seu RI.

Relativamente ao comportamento de os professores fumarem em espaços da escola proibidos por lei (ar livre, logradouros de recreio, bares/cantinas e salas de professores) e as respectivas idades, verifica-se que, independentemente da faixa etária, cerca de metade dos indivíduos não cumprem o estabelecido na legislação.

3.9. Avaliação dos hábitos dos inquiridos fumadores na presença dos alunos

Quando se pretende diminuir o tabagismo nos adolescentes, é importante que os educadores dêem o exemplo. Questionaram-se então os professores fumadores se tinham consciência de já terem fumado na presença dos alunos.

Quadro VI
Hábitos tabágicos dos professores dos vários «agrupados» disciplinares face aos locais da escola onde é habitual fumar*

Na escola fuma (a)	Ciências Naturais		Educação Física		Letras		Ciências Exactas		Educação Moral, Artística e Tecnológica		Total	
	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)	n	(%)
Ar livre	4	(26,6)	2	(11,1)	5	(26,1)	0	(0,0)	3	(25,0)	15	(20,8)
Logradouros	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Bares e cantinas	8	(53,3)	6	(33,3)	5	(21,7)	2	(50,0)	4	(33,3)	25	(34,7)
Salas reservadas a fumadores	6	(40,0)	8	(44,4)	7	(30,4)	0	(0,0)	4	(33,3)	25	(34,7)
Sala de professores	2	(13,3)	0	(0,0)	2	(8,7)	1	(25,0)	0	(0,0)	5	(6,9)
Ginásio	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)	0	(0,0)
Não fuma	2	(13,3)	4	(22,2)	6	(26,1)	2	(50,0)	2	(16,6)	16	(22,2)

* $N = 72$.

(a) Não atinge os pressupostos para aplicação do teste estatístico.

É de notar a elevada proporção de fumadores que referem ter fumado à frente dos alunos (59,7%) (Figura 5).
O motivo mais frequentemente referido pelos professores que não fumam à frente dos alunos é o facto de considerarem que tal comportamento constitui «um mau exemplo».

3.10. Comportamentos de todos os professores inquiridos face à abordagem do tabagismo nos tempos lectivos

Na Figura 6 está representada a frequência da abordagem do tabagismo pelos professores nas suas aulas. De destacar que a resposta mais frequente foi a

Figura 5
Hábitos tabágicos dos professores na presença dos alunos

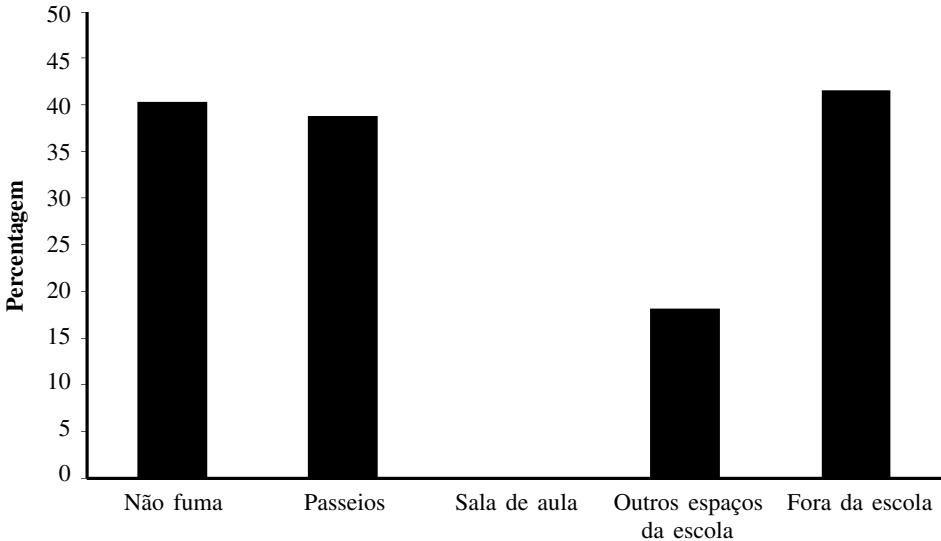
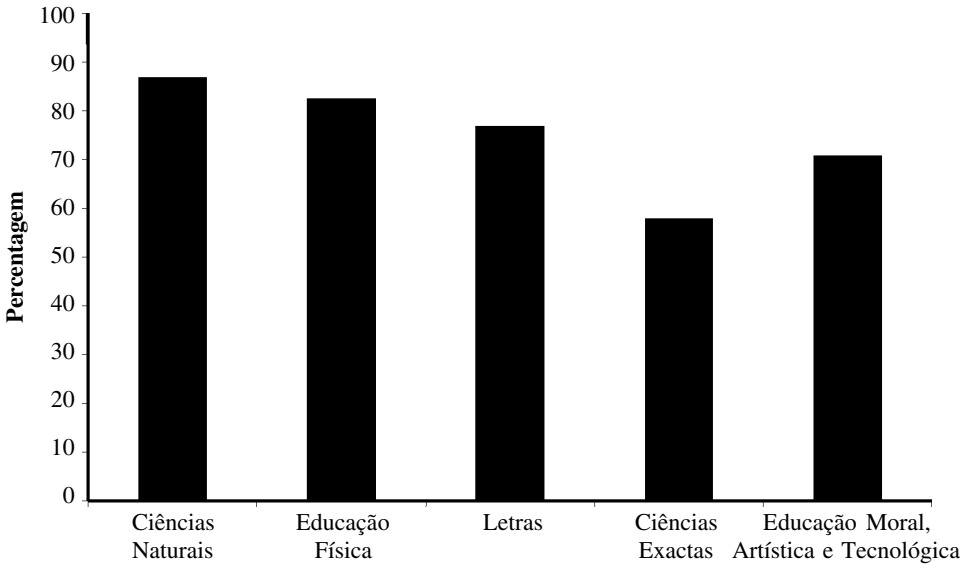


Figura 6
Abordagem do tabagismo pelos professores nas aulas, segundo o «agrupado» disciplinar de pertença



afirmativa (78,2%), variando de uma forma significativa com o agrupado disciplinar ($\chi^2 = 9,8$; $p = 0,044$). Verifica-se que os «agrupados» das CN e da EF são aqueles que mais falam do tema do tabagismo nas suas aulas.

Na análise da justificação a este comportamento (questão aberta do questionário) pôde verificar-se que, para 20,5% destes professores, este comportamento se devia ao facto de o tema do tabagismo estar incluído no programa da sua disciplina, aumentando para 56% nos professores do «agrupado» das CN. As outras razões apontadas vão no sentido da prevenção e da educação para a cidadania que ocorrem em actos isolados ou no âmbito de projectos.

No que se refere aos hábitos de fumar actuais, não há diferenças em termos de acções. O facto de ser ou não ser fumador não interfere significativamente ($\chi^2 = 2,20$; $p = 0,331$) com a actuação dos professores.

3.11. Dinamização de actividades promotoras da diminuição do tabagismo na escola

Todos os inquiridos parecem sensibilizados para a problemática do tabagismo, pois afirmam que gostariam de contribuir para a diminuição do tabaco na escola, à excepção de 8 dos indivíduos (trata-se de fumadores).

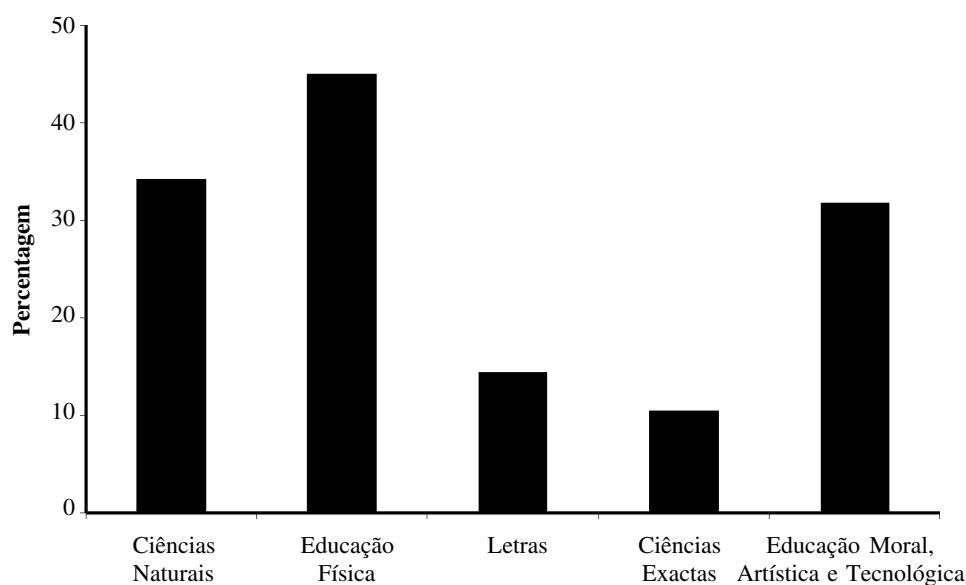
Os professores foram também questionados quanto à dinamização de actividades tendo em vista a diminuição do tabagismo nas escolas. Constatando-se que apenas 26,4% dos indivíduos afirmam ter já dinamizado pelo menos uma actividade, não se verificam diferenças significativas relativamente à sua situação de fumador, ex-fumador ou não fumador ($\chi^2 = 1,075$; $p = 0,584$).

Quando se analisa a dinamização de actividades por «agrupado» disciplinar (Figura 7), verifica-se que o comportamento do professor depende do «agrupado» a que pertence ($\chi^2 = 20,2$; $p < 0,001$). O «agrupado» Educação Física é aquele onde se verifica uma maior proporção de dinamizadores (45% versus 26,4% no global), seguido das Ciências Naturais (34,2%). As actividades lúdicas, as acções de informação/sensibilização e as actividades desportivas são aquelas que mais têm sido postas em prática no sentido da diminuição do consumo de tabaco pelos professores participantes no estudo.

3.12. Actividades curriculares e/ou de complemento curricular relacionadas com o tabagismo

Em quatro escolas participantes, as respostas são discordantes entre os seus professores quando questionados sobre a existência de programas/actividades

Figura 7
Dinamização de actividades na escola para a diminuição do tabagismo em função dos «agrupados» disciplinares



relativos a preocupações com a saúde na escola onde leccionam. Nestas circunstâncias, afigura-se complexo compreender e avaliar as actividades efectivamente desenvolvidas. Daqui, a necessidade de se analisar o plano de actividades (PA) de cada escola participante no sentido de preencher esta lacuna. Verificou-se então que em todas as escolas existiam preocupações a vários níveis com a saúde, nomeadamente com o tabagismo. De salientar, no entanto, que as actividades desenvolvidas neste âmbito têm a duração de um dia e em alguns casos somente uma ou duas horas por ano. As actividades resumem-se a palestras por especialistas na área e, noutros casos, a actividades desportivas no Dia do Não Fumador.

4. Discussão

O presente estudo permitiu a recolha de informação sobre hábitos e comportamentos em relação ao tabaco de 280 professores a leccionarem nas escolas EB 2, 3 do concelho do Porto no ano 2000-2001. A investigação foi desenhada como um estudo transversal e analisada como um estudo estatístico predominantemente descritivo.

As limitações que derivam da selecção amostral resultaram das dificuldades inultrapassáveis de acesso à lista mecanográfica dos professores, assim como das suas disponibilidades, o que levou a recorrer à participação voluntária dos mesmos em escolas que aceitaram participar. Neste sentido, desconhece-se o perfil dos restantes professores, ficando-se sem saber as razões que os levaram a não participarem no estudo. Acresce o facto de três escolas, num universo possível de 20, terem recusado a participação no estudo. Estes factos, ao afectarem a composição social da amostra, retiram-lhe a possibilidade de generalizações para além do âmbito das suas características. Contudo, os resultados obtidos são um indicador importante dos comportamentos pró e antitabágicos entre os professores do EB 2, 3 do concelho do Porto. Fornecem também informações úteis para delinear estratégias de intervenção para a prevenção do tabagismo relativas às realidades locais, identificando tendências profissionais e curriculares particularmente mais sensíveis a esta problemática.

Optou-se pelo questionário auto-aplicado e anónimo, tendo em vista aumentar a probabilidade de sinceridade nas respostas. No entanto, não é de descartar a possibilidade de que os inquiridos pudessem ter recorrido a documentação especializada no assunto ou sofressem a influência cruzada nas respostas aos questionários pela interacção com outros professores. Dado tratar-se de uma amostra «não probabilística», não é de estranhar o facto de o padrão de distribuição

de professores por «agrupado» apresentar uma distribuição significativamente diferente ($p < 0,001$) daquela que se verifica na distribuição global real dos professores das escolas participantes. No entanto, todos os «agrupados» estão representados numa proporção que difere da real em menos de 10 pontos percentuais.

A distribuição etária caracteriza-se pela predominância do grupo dos 40 aos 49 anos, sendo muito escassa a partir dos 60 anos e reduzida no grupo etário dos 20 aos 29 anos.

Este estudo revela que 25,7% dos professores inquiridos do EB 2, 3 são fumadores (30,3% dos homens e 24,3% das mulheres) e que 58,6% nunca fumaram. O cigarro é o único produto de tabaco consumido. Estes resultados estão de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde em 2000, que revelam que 26% da população portuguesa é fumadora (Cunha Filho, 2002). Também Magalhães e Bastos (1996), no estudo com uma amostra representativa da população nacional, revelou que 20% a 25% da população portuguesa fumava e que cerca de 60% da população adulta nunca tinha fumado. De destacar que neste estudo os professores mais jovens fumam pouco quando comparados com a média global. No entanto, não é possível discernir se se trata de uma tendência ou se resulta dos procedimentos amostrais já referidos.

O estudo revela ainda que são os professores de Educação Física os que mais fumam relativamente ao global (45,0% *versus* 25,7%). Sendo os professores de EF, no ensino, os principais responsáveis pela formação física e desportiva, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade, deveriam ser eles os primeiros a contrariar o desejo de fumar e a dar esse exemplo. Os professores das Ciências Naturais (grupo de docência 04 e grupo de docência 11.ºB) do EB 2, 3 do concelho do Porto são os que menos fumam (19,7%). Este valor, quando comparado ao de outro realizado em Portugal, é superior. Precioso (1994), num estudo efectuado no distrito de Braga a professores do 11.º grupo B revelou que 7% fumavam e que 3% fumavam ocasionalmente.

Para a avaliação dos conhecimentos dos professores face à lei de prevenção tabágica, foram consultados e analisados a Lei n.º 22/82 e o Decreto-Lei n.º 226/83 e contrastados com os resultados do inquérito. A maioria dos professores inquiridos afirmam conhecer a existência desta legislação (98,6%), mas, quando confrontados com o seu conteúdo concreto, demonstram não a conhecer ou ter um conhecimento defeituoso. Considera-se que os professores, devido ao papel fundamental que têm na educação dos alunos, deviam conhecer em pormenor esta lei para melhor a

aplicarem e fazerem aplicar, de molde a que os objectivos da mesma fossem alcançados. Neste sentido, avaliou-se até que ponto conheciam o artigo 2.º, no ponto 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio, que revoga a lei de prevenção tabágica (Lei n.º 22/82, de 17 de Agosto), que proíbe o acto de fumar «nos estabelecimentos de ensino, incluindo salas de aula, de estudo, de leitura ou de reuniões, bibliotecas, ginásios e refeitórios», por parecer ser determinante. Como se depreende, se a população-alvo desta lei não a conhecer e aplicar, ela não terá qualquer utilidade.

Os dados apresentados no *Quadro VI* e na *Figura 5* demonstram que a lei não está a ser cumprida nas escolas. Mais de metade dos professores fumadores inquiridos (51,4%) declararam que fumam na escola em locais proibidos. Estes resultados estão de acordo com o estudo de Vitória *et al.* (1999), que demonstra que a lei não estava a ser cumprida numa comunidade escolar (alunos, professores, funcionários e encarregados de educação: $n = 1811$), fumando-se nos átrios, corredores, escadas ou na portaria das escolas.

É curioso verificar que os professores se contradizem nas respostas a duas questões similares, isto é, por um lado, 34,7% afirmam que fumam no bar/cantina da escola, mas, por outro lado, só 18,1% afirmam que fumam na presença dos alunos noutros espaços da escola. Será pertinente questionar se fumar no bar/cantina das escolas não é fumar em frente dos alunos?

Os professores das CN são aqueles que mais fumam no bar/cantina da escola (53,3% *versus* 34,7% no global), assim como são também os que mais fumam na presença dos alunos em passeios, fora da escola e noutros espaços da mesma, seguindo-lhes os professores da EF (33,3% fumam no bar/cantina). Este comportamento revela que os professores destes «agrupados» disciplinares não têm consciência de que o seu exemplo pode ser importante para os alunos. Os primeiros, por pertencerem a um grupo que têm como função leccionar o tema do tabagismo por fazer parte do programa da disciplina no 6.º ano de escolaridade, contrariando com a sua prática as recomendações expressas nas aulas. Os segundos, por representarem um grupo de profissionais qualificados que devem fomentar o desporto escolar, que visa especificamente a «promoção da saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras saudáveis» (LBSE, 1986). A estes professores competiria contribuir para a prevenção do consumo de tabaco, que, entre outras consequências, compromete a actividade respiratória e cardíaca necessária ao desenvolvimento (Doll, 1994, *in* Simpson, 2000). Por outro lado, um estudo realizado em Oeiras mostrou

que a percentagem de iniciação ao tabaco por parte dos jovens é tanto menor quanto menor for o contacto com adultos fumadores, nomeadamente os professores (Carvalho, 1998).

Além de o comportamento dos professores fumadores poder influenciar a iniciação do acto de fumar por parte dos jovens, o facto de fumarem em áreas que eles frequentam expõe-os à denominada poluição tabágica ambiental. Esta é considerada um factor de risco de muitas doenças, em particular do cancro do pulmão (Cunha Filho, 2002).

É importante observar a opinião dos professores inquiridos acerca da proibição de fumar nas escolas, a qual varia significativamente ($p < 0,001$) com os seus hábitos tabágicos. Apenas uma minoria dos fumadores concorda com esta medida, em oposição à maioria dos não fumadores, o que poderá transmitir uma sensação de desconforto por parte destes últimos no seu local de trabalho, assim como a «manutenção» do fumador passivo. Estes resultados estão de acordo com os obtidos por Brito de Sá *et al.* (1994) quando questionou médicos fumadores e não fumadores sobre a proibição de fumar nos centros de saúde. Contudo, a proibição total de fumar na escola, embora desejável, é uma questão de difícil resolução e com suporte jurídico complexo.

Um resultado positivo deste estudo é o facto de haver professores de todas as disciplinas que afirmam abordar o tema do tabagismo nos seus tempos lectivos. Em 1994, Precioso mostrou que a maioria dos professores tratavam este tema nas aulas somente na altura em que ensinavam o aparelho respiratório na disciplina de Biologia.

Verifica-se, através dos resultados obtidos, que em todos os grupos disciplinares mais de 57,9% dos professores declaram abordar o tabagismo nas suas aulas. A proporção destes indivíduos varia de modo significativo com o «agrupado» disciplinar ($p = 0,044$) a que pertencem, sendo superior nos «agrupados» da EF (82,5%) e das CN (86,8%). A abordagem do tabagismo para 20,5% dos inquiridos deve-se ao facto de estar relacionado com o programa da sua disciplina, o que faz com que esse tema deva ser leccionado. Estes resultados constituiriam por certo motivo de contentamento se o exemplo dado pelos fumadores no espaço escolar sob o olhar dos alunos fosse adequado.

Curioso é verificar-se na amostra do presente estudo a existência de seis professores que permitem que os alunos fumem no seu tempo lectivo. Embora este dado não tenha uma expressão estatística significativa, pensamos que tem um significado a não menosprezar, principalmente quando o adicionamos ao facto de haver também um número elevado de professores que fumam no interior da escola, como já

demonstrámos atrás. Um estudo realizado recentemente nos Estados Unidos mostra a importância das restrições de se poder fumar em casa e nos locais públicos. As restrições, quando são fortemente impostas, traduzem-se num efeito protector para o adolescente, pois indicam uma menor prevalência de fumadores e, nestes, um menor número de cigarros consumidos (Wakefield *et al.*, 2000).

Quanto à dinamização de actividades promotoras da diminuição do tabagismo nas escolas pelos professores inquiridos, verifica-se que apenas 26,4% declararam ter dinamizado pelo menos uma actividade. Este dado não varia de um modo significativo com os hábitos tabágicos dos indivíduos, mas depende significativamente do agrupado disciplinar a que o inquirido pertence ($p < 0,001$). O agrupado da EF é o mais dinamizador, seguido do CN.

Louvável seria também que esses mesmos professores não fumassem nas escolas e principalmente à frente dos alunos, como este estudo mostra. O modelo de professor fumador poderá aqui, de certa forma, contrariar os objectivos pretendidos nas diferentes abordagens sobre o tabagismo.

5. Recomendações

- Há necessidade de as escolas fiscalizarem a lei de prevenção tabágica (Decreto-Lei n.º 226/83, de 27 de Maio, artigo 2.º, n.º 4) pois esta responsabilidade compete, de acordo com a própria lei, aos seus órgãos de gestão (v. WHO — *The right to healthy indoor air*), podendo, com esta medida, reduzir-se a prevalência de fumadores (Wakefield *et al.*, 2000).
- O órgão de gestão de cada escola deve providenciar o mais rapidamente possível a criação de um espaço próprio para fumadores (onde ele não exista), equipado com um sistema de exaustão adequado para a remoção do fumo do tabaco para o exterior, evitando que ele se espalhe por todo o edifício e vá afectar todas as pessoas que nele estudam e trabalham (USA. EPA, 1993).
- A acção educativa relativa ao tabagismo deverá fazer parte do programa escolar, numa vertente transdisciplinar, no sentido de promover uma luta constante e não pontual no combate à epidemia do tabaco, com reforço das acções promotoras de vida saudável (associadas a idênticas acções ao nível da nutrição, desporto, protecção da natureza, etc.). As escolas deveriam aderir a programas como «Querer é poder» (1) (Vitória *et al.*, 2001) e «Não fumar é que está a dar» (Precioso, 1999), destinados a serem implementados pelos professores, proporcionando aos jovens um

aumento da sua consciência dos processos de influência social e promovendo a sua competência para resistirem ou gerirem essas influências.

- Uma parte substancial das verbas obtidas pelos impostos sobre o consumo de tabaco deveria ser aplicada no apoio às actividades acima indicadas e, de um modo especial, à promoção do desporto escolar, incluindo a sua manutenção nos períodos de férias escolares.

□ Bibliografia

ALVES, A. — Educação para a saúde em meio escolar. *O Professor*. 67 (1999) 3-10.

BARROS, H.; AZEVEDO, A.; MACHADO, A. P. — Tobacco smoking among Portuguese high-school students. *Bulletin of the World Health Organization*. 77 : 6 (1999) 509-514.

CARVALHO, A. M. R. — Tabagismo nas escolas portuguesas ou a cultura de um problema : para a construção de um projecto de prevenção específica em meio escolar. *O Professor*. 61 (1998) 3-21.

CUNHA FILHO, H. T. — Recomendações para a prevenção da exposição à poluição tabágica ambiental : evidências para a tomada de decisões e implementação de medidas. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 1 : 20 (2002) 27-43.

DECRETO-LEI n.º 22/82. DR I Série. 189 (82-2-17) 2408.

DECRETO LEI n.º 226/83. DR I Série. 122 (83-5-27) 1940-1945.

DECRETO-LEI n.º 17/00. DR II Série. 1384 (00-1-27) 97-98.

DE VITA, V. T.; HELLMAN, S.; ROSENBERG, S. A. — Cancer : principles and practice of oncology. 6nd ed. Hagerstown, MD : Lippincott Williams and Wilkins, 2001.

ENYPAT — The smoke free class competition : a European school-based anti smoking campaign : a overview of the experiences of 1997/98 round in seven countries. Helsinki : European Network on Young People and Tobacco. National Public Health Institute, 1998.

ENYPAT — Smoking cessation among young. Helsinki : European Network on Young People and Tobacco. National Public Health Institute, 1999 (Interaction Newsletter, 11).

LEI n.º 46/86. DR I Série. 237 (86-10-14) 3067-3081 — Lei de Bases do Sistema Educativo.

LEI n.º 115/97. DR I Série-A. 217 (97-9-19) 5082-5083 — Lei de Bases do Sistema Educativo (alteração).

LENHARD, R. E.; OSTEEEN, R. T.; GANSLER, T., ed. lit. — Clinical oncology. 1st ed. Atlanta, GA : The American Cancer Society, 2001.

MAGALHÃES, E.; BASTOS, F. P. — Inquérito às atitudes da população face ao tabagismo e a medidas legislativas em amostra representativa. Lisboa : Conselho de Prevenção do Tabagismo. Ministério da Saúde, 1996 (Caderno, 5).

MARQUES, H.; PIMENTEL, F. — Oncologia para clínicos gerais, 1996 (<http://www.medis.a.pt/index.asp>).

PEREIRA, H. L. — Atribuições de causalidade do comportamento de fumar nos profissionais de saúde. Porto : Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, 1995. Tese de mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Formação e Desenvolvimento para a Saúde (não publicada).

PORTUGAL. Ministério da Saúde — Inquérito Nacional de Saúde. Lisboa : Instituto Nacional de Saúde, 1998-1999. 327-345.

PRECIOSO, J. A. G. — A educação para a saúde nas escolas secundárias : um estudo sobre a prevenção do hábito de fumar. Braga : Instituto de Educação da Universidade do Minho, 1994. Tese de mestrado (não publicada).

PRECIOSO, J. A. G. — Programa de prevenção do comportamento de fumar (PPCF) : não fumar é o que está a dar. 1.^a ed. Braga : Casa do Professor, 1999.

SÁ, A. B.; FERREIRA, C.; BRANCO, A. G. — Hábitos e atitudes dos médicos de família portugueses em relação ao tabaco. *Revista Portuguesa de Clínica Geral*. 11 (1994) 177-87.

SIMPSON, D. — Os médicos e o tabaco : o grande desafio da medicina. Totton, Hampshire : Tobacco Control Resource Centre, 2000.

USA. EPA — Second-hand smoke : what you can do about second-hand smoke as parents, decision-makers and building occupants. Washington, DC : Environmental Protection Agency, 1993.

VITÓRIA, P. — Projecto ESFA : apresentação geral. Lisboa : Conselho de Prevenção do Tabagismo. Ministério da Saúde, 1999.

VITÓRIA P. D., *et al.* — A promoção de uma política de prevenção tabágica na escola. *O Professor*. 67 (1999) 17-24.

VITÓRIA, P. D., *et al.* — Querer é poder I : programa de prevenção do tabagismo para o 3.^o ciclo do ensino básico : manual do professor. Lisboa : Conselho Nacional de Prevenção do Tabagismo. Ministério da Saúde, 2001.

WAKEFIELD, M. A., *et al.* — Effect of restrictions on smoking at home, at school and in public places on teenage smoking : cross sectional study. *British Medical Journal*. 325 (2000) 333-337.

□ Summary

BEHAVIOUR AND ATTITUDES TOWARDS SMOKING IN HIGH SCHOOL TEACHERS IN OPORTO

According to the Portuguese National Health Inquiry (1998-1999: 334), 21.8% of the population inquired that currently smoke said that they initiated the habit before 15 years of age and 72.1% between the ages of 15 and 24. In these ages teachers have a very important role for the pupils, both in formal teaching-learning situations and in informal situations of convivality and leisure. Thus it becomes necessary to know the behaviors regarding tobacco of the professors of 2nd and 3rd cycles of basic education, in both directions — prevention or induction of smoking in the young. It is also important to know if students are passive smokers, e. g., if they are exposed to a smoking environment in the school.

We inquired 280 professors (20.9% of the total) of 2nd and 3rd cycles of the basic education of the city of Oporto.

Of the inquired teachers, 25,7% are current smokers, against the Portuguese smoking prevention law, 21,4% state that it is allowed to smoke in school bars/refectory, and 33,3% of the smokers smoke in these places. Only 30% of the smokers respect the law. Although the approach to deal with the smoking problem crosses all the school subject groups, it is the Natural Sciences and Physical Education (34,2% and 45%, respectively, *versus* 26.4% global results) that outstands.

The present study reaffirms the need for educational training and orientation among teachers regarding smoking prevention, since they are agents with formative responsibilities that should also consider expanding the role and enforcement of the law.